

## 5. Considerações Finais

Com a pesquisa foi possível destacar que a REDES do Tupé foi criada com o objetivo de preservar a natureza e também assegurar a qualidade de vida e a melhor exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, de modo a valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo desenvolvidas por estas populações. Apesar dessa intenção, a sua criação se deu alheia aos moradores da região, contrariando o que prevê a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (2000) que determina o envolvimento da comunidade em sua criação. Isto causou indignação entre os moradores e gestores da comunidade, pois estes estavam habituados a desmatar para fazer o plantio da mandioca, a pescar, a caçar, a tirar madeiras de lei para vender e comprar mantimentos, vivendo da extração dos recursos naturais. Com a implementação da REDES e a fiscalização do IBAMA todas essas atividades passaram a ser controladas.

A transformação dessa área ocupada por uma população tradicional em uma RDS foi realizada sem um acordo prévio com a comunidade local. Vários relatos deram conta de que a comunidade foi apenas informada que passava a ser uma REDES e deveriam se enquadrar dentro deste novo modelo, sem ter, inclusive, esclarecimento dos órgãos ambientais. Inclusive a proposta de plano de uso e de manejo desta comunidade e de toda a REDES está exposto na Internet, mas os moradores não participaram de sua elaboração e nem tem conhecimento do mesmo. Outra contradição na criação desta reserva de desenvolvimento sustentável se coloca em evidência após a análise do que determina os documentos oficiais e a fala da comunidade.

Ainda de acordo com a Lei 9.985/00, ao criar uma Unidade de Conservação deve ser feita uma consulta pública para conferir legitimidade na decisão, uma vez que repercutirá na vida dos residentes e usuários da UC e em seu entorno. Esta consulta pode ser feita por meio de reuniões ou através de outras formas que o órgão ambiental competente possa propiciar para ter a participação da população local e dos demais interessados. Quando se procedeu a análise,

verificou-se que esse procedimento não aconteceu com a REDES do Tupé, conforme alguns relatos de moradores.

A imposição da REDES aos moradores gera uma das tensões entre a população tradicional e a SEMMA, colocando os dois em lados opostos. O órgão governamental é tido como inimigo porque na visão dos moradores apenas proíbe sem apresentar propostas que substituam suas atividades de subsistência. Já na visão da SEMMA, os moradores insistem em destruir a natureza e eles precisam fazer cumprir as leis ambientais. Em vez de o órgão governamental criar consciência ambiental e possibilitar atividades sustentáveis, este apenas se limita a cumprir um dos aspectos previstos pela lei, que é a proibição de atentados contra a natureza, o que leva a população da região a se sentir ameaçada e procurar outro lugar para viver em que possa desenvolver as atividades que estavam acostumados.

Isso revela que para manter as populações tradicionais na reserva é preciso um trabalho em conjunto com os representantes ambientais e a população tradicional, para assim definir os melhores caminhos a se trilhar sem desconsiderar a participação do homem, e sem vê-lo como empecilho para a conservação da natureza. Alguns conceitos definidos pela ciência, quando aplicados na prática, não atendem às necessidades dos povos que vivem e sobrevivem da natureza. É preciso mais que conhecimentos científicos, é imprescindível estabelecer um elo entre o conhecimento da comunidade e o conhecimento técnico.

Este parece ser o grande problema encontrado na REDES do Tupé, em relação a população tradicional e a reserva. Os órgãos ambientais fiscalizam a REDES do Tupé, mas não possibilitam outras formas de sobreviver, fazendo com que este homem, na perspectiva de população tradicional, perca em parte a sua forma de organização e, sem orientações devidas, não consegue reconstruir saberes para viver nesta nova realidade.

Há um limite muito estreito entre o homem, suas práticas tradicionais e a reserva natural. Para este homem, era natural desmatar um pedaço da floresta para fazer sua roça, botar fogo em folhas que considera lixo, porém com a criação da reserva, é preciso rever essa atitude, é preciso que este se refaça, se reconstrua, a partir de exigências da UC. Os principais entraves encontrados nessa relação

população tradicional versus natureza encontram-se na relação que se estabeleceu entre os órgãos ambientais e a população. Foi possível perceber que os órgãos ambientais só estão a serviço da natureza; não há investimento em educação ambiental na escola ou fora dela; não há esclarecimento a respeito de qual seja o papel da comunidade na conservação da REDES do Tupé; não há incentivo através de cursos, palestras, nem recursos financeiros para que a comunidade construa uma nova forma de vida e de subsistência. Na prática, os saberes tradicionais da comunidade não estão sendo levados em consideração.

Na REDES do Tupé para que aconteça de fato a implementação de uma UC que entrelace homem-natureza, é preciso entender que este é um complexo sistema que engloba conhecimentos tradicionais e modernos. As populações rurais da região Amazônica são dotadas de saberes dos ciclos da natureza entendidos como práxis dos atores sociais, seus valores, crenças, artefatos, as práticas e formas de uso dos recursos locais.

A capacidade de mudar esta relação faz com que os atores sociais criem novas formas de sociedade, porém os moradores da REDES do Tupé não podem se reinventar do nada, é preciso lhes dar novas opções, adaptando-os às condições propostas por uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Dessa forma, não se pode pensar apenas na floresta, na imensa diversidade de insetos e plantas, deve-se levar em conta que também vive um povo com toda a sua pluralidade. Esse aspecto é significativo, pois não basta assinar um papel e transformar uma área natural em reserva, a comunidade deve participar desse processo e ter as informações a respeito do que realmente pode e o que não pode ser feito. Além disso, é preciso leitura, conhecimento, para assim a população local entender e transformar algumas ações tradicionais em ações de conservação ambiental.

Outros aspectos relevantes percebidos a partir da pesquisa de campo diz respeito à políticas públicas escassas ou inexistentes na comunidade. Serviços de energia elétrica, saúde, transporte, educação, são alguns dos problemas com os quais os moradores convivem diariamente e se ressentem da ausência de práticas governamentais que assegurem a qualidade de vida.

Com a criação da REDES do Tupé, a comunidade foi privada de algumas práticas tradicionais necessárias para a subsistência e ficou na esperança de um

porvir com vida mais digna, com assistência sanitária, investimento na saúde e na educação. Somando-se a isso a pesquisa também revelou a insegurança dos moradores por não terem a titularidade da terra, impedindo-os de receber benefícios do próprio governo para investimento na agricultura, na criação de animais e causando preocupação por não poderem se aposentar como agricultores.

Há, por parte do povo tradicional da REDES do Tupé, um grande ressentimento com os órgãos ambientais por falta de esclarecimento, por falta de investimento em projetos que os ajudem a viver com dignidade a partir da extração dos recursos naturais, ao mesmo tempo, que aprendem a conservá-los.